



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato n.º 162/2020

PUBLICADO	
DATA	29 / 05 / 2020
ORÇÃO	0 Presente
PÁGINA	34
EDIÇÃO	4725

- PUBLICADO -

DATA	29 / 05 / 2020
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO	
www.mercedes.pr.gov.br	
EDIÇÃO	2210

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MERCEDES E A EMPRESA LUZ DE PRATA CONSTRUTORA DE OBRAS ELETRICA EIRELI

Contrato n.º 162/2020
Identificação: 2622020

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito público interno, sito na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Estado do Paraná, neste ato representada por sua Prefeita, Sra. Cleci M. Rambo Loffi, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n.º 886.335.359-04, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.107.835-7 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 331, Centro, CEP 85998-000, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa Luz de Prata Construtora de Obras Elétrica EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 15.385.077/0001-02, Inscrição Estadual n.º 90807332-05, com sede na Rua Grevilia, n.º 242, CEP 85.807-740, Bairro Parque Verde, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Vinicius Gonçalves de Lima Vasselai, residente e domiciliado na Rua Valdemar Bonn, n.º 1408, CEP 85.807-096, Bairro Recanto Tropical, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade n.º 8.818.881-0, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF sob n.º 052.862.709-05, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2020, nos termos da proposta da Contratada, datada de 11/05/2020, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O presente contrato tem por objeto a *aquisição e instalação de postes para iluminação pública e contratação de empresa para execução de implantação de iluminação pública (instalação elétrica) na Avenida Dr. Mário Totta e Rua Oswaldo Cruz, na sede do Município de Mercedes, sob regime de empreitada global, tipo menor preço.*



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato n.º 162/2020

Parágrafo primeiro: Os serviços deverão ser executados de acordo com especificações técnicas e demais peças e documentos que fazem parte do Edital.

Parágrafo segundo – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as demais condições expressas no Edital de TOMADA DE PREÇOS N.º 7/2020, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO: A execução do objeto dar-se-á sob a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, tipo menor preço.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL: Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de:

Lote 1: R\$ R\$ 58.418,82 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O Setor de Engenharia do Município de Mercedes, através de representante especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato aguardará REQUERIMENTO da CONTRATADA para efetuar a medição que analisará o avanço físico real dos serviços e o exato cumprimento das obrigações, quanto à quantidade e qualidade. Medida e atestada a execução dos serviços, a CONTRATADA entregará a correspondente nota fiscal no Setor de Compras da Prefeitura do Município de Mercedes.

Parágrafo primeiro – OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS EM CONFORMIDADE COM A EVOLUÇÃO FÍSICA DA OBRA, APURADA EM MEDIÇÕES A SEREM REALIZADAS PELO CONTRATANTE, FICANDO CONDICIONADOS AO ESTRITO CUMPRIMENTO DO PROJETO DE ENGENHARIA E DAS NORMAS CONSTANTES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

Parágrafo segundo - Os pagamentos serão efetuados **em até 30 (trinta)** dias após a elaboração do Relatório de Medição, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Parágrafo terceiro – *A liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação de comprovação da matrícula CEI, junto à Receita Federal, com os dados conforme contrato.*

Parágrafo quarto - A Liberação da última parcela devida à CONTRATADA, correspondente a, no mínimo, 10% do valor do Contrato, fica condicionada a apresentação da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, relativa à obra, e a expedição do termo de recebimento provisório.

Parágrafo quinto - A mora injustificada sujeitará o Município de Mercedes ao pagamento de correção monetária a ser calculada com base na variação do IPCA-IBGE verificada entre a data em que deveria se dar o adimplemento e a data em que efetivamente ocorreu, sem prejuízo da incidência de juros de mora de 1% ao mês.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato n.º 162/2020

Parágrafo sexto - Da mesma forma, em havendo possibilidade de antecipação de pagamento, somente aplicável à obrigações adimplidas, o CONTRATANTE poderá proceder a um desconto na mesma proporção prevista no parágrafo anterior.

Parágrafo sétimo - O Município de Mercedes poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

Parágrafo oitavo - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

Parágrafo nono - Não gerarão direito a reajuste e atualização monetária os serviços que forem entregues com atraso imputável à CONTRATADA.

Parágrafo décimo - A aceitabilidade do objeto restará plenamente configurada após vistoria do setor de engenharia do município.

CLAÚSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO: As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.009.15.752.0008.1014 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública.

Elemento de despesa: 4490510206

Fonte de recurso: 507

02.009.15.451.0008.1015 – Pavimentação e Obras Complementares de Infraestrutura.

Elemento de despesa: 4490510206

Fonte de recurso: 505

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE: O preço contratado não sofrerá qualquer reajuste durante a vigência da contratação, salvo em condição de equilíbrio econômico-financeiro, com pedido devidamente protocolado no setor competente, juntamente com documentos que efetivamente comprovem tal condição.

Parágrafo único - Caso, em virtude de prorrogação, o prazo de vigência do ajuste vier a superar 01 (um) ano, o preço contratado poderá ser revisto com base na variação do índice oficial relativo à natureza do objeto, qual seja, o INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo máximo para a fornecimento e instalação do objeto constante do Lote 1 é de até 02 (dois) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço; o prazo máximo para prestação dos serviços do objeto constante dos Lotes 2 é de 02 (dois) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço; o prazo máximo para prestação dos serviços do objeto constante dos Lotes 3 é de 01 (um) mês, e será contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato n.º 162/2020

Parágrafo primeiro – O prazo estabelecido no *caput* desta Cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

Parágrafo segundo - Executado o Contrato, seu objeto será recebido nos termos do art. 73, I, alíneas “a” e “b” e §§ 2º, 3º e 4º e art. 76 da Lei n.º. 8.666/93, sendo de 90 (noventa) dias o prazo de observação.

Parágrafo terceiro - Para a emissão de Ordem de Serviço é exigido da CONTRATADA a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (ou documento equivalente), referente a execução dos serviços, a ser apresentada em até 10 (dez) dias da data da assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: Constituem direitos de o CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo mencionados.

Parágrafo primeiro - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado e,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o serviço na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais legalmente previstos;
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mau uso de materiais empregados;
- g) indicar e manter preposto aceito pela Administração no local da obra, para representá-la na execução do contrato;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato n.º 162/2020

- h) manter registro da obra na forma de Relatório de Diário de Obras, cujas vias deverão ser subscritas pelo fiscal do Município, e pelo representante da CONTRATADA, atestando todas as descrições, ocorrências e relatos/registros diversos acerca do objeto;
- i) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros durante a execução contratual ou em decorrência dela, independentemente de dolo ou culpa;
- j) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem no objeto, observados os limites legais.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO E SUPERVISÃO DO CONTRATO

O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre engenheiros e/ou arquitetos e servidor, respectivamente, ambos capacitados para exercerem essas funções.

Parágrafo Primeiro - Caberá a gestão do contrato ao Sr. (a) Edelberto Bruch, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

Parágrafo Segundo - Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) Dyeiko Allann Henz, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Parágrafo terceiro - Ocorrendo a substituição do fiscal, este deverá providenciar a imediata baixa da ART.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A Contratada, total ou parcialmente inadimplente, estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, garantida a ampla defesa e o contraditório.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato n.º 162/2020

Parágrafo primeiro - Com fundamento no artigo 87, I a IV, da Lei n.º 8.666/93, nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação contratual, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, com as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;

- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo segundo - Será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

- b) No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

- c) No caso de atraso injustificado, a multa aplicada será de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 20% do valor total do contrato.

Parágrafo terceiro - A fixação da multa compensatória referida nas alíneas “a” e “b” do parágrafo segundo desta cláusula, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

Parágrafo quarto - As sanções previstas no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com as de multas previstas no parágrafo segundo, e as de multa compensatória com a multa moratória.

Parágrafo quinto - Será configurada a inexecução parcial do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do objeto, percentual inferior a 100% (cem por cento) e superior ou igual a 80% (oitenta por cento) do objeto do contrato.

Parágrafo sexto - Será configurada a inexecução total do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do objeto, percentual inferior a 80% (oitenta por cento) do objeto do contrato.

Parágrafo sétimo - Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base no art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/93, bem como na jurisprudência do



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato n.º 162/2020

Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dentre outros casos, quando:

- a) Fraudar a execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo;
- c) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;
- e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n.º. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do Contrato;
- f) Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

Parágrafo oitavo - O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devida à CONTRATADA, observado o que segue:

- a) Se os valores devidos forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- b) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

Parágrafo nono - As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO: O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93, bem como, no caso de ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 78 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da lei n.º. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação correlata, pelo respectivo procedimento licitatório, e pelos preceitos de direito



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato n.º 162/2020

público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, a contar da data de assinatura.

Parágrafo único – O prazo de vigência poderá ser alterado na forma do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente, bem como, dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, para dirimir as eventuais dúvidas ou conflitos oriundos do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento contratual em 2 (duas) de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam, obrigando-se as partes, herdeiros e sucessores a fielmente cumprir o aqui disposto.

Mercedes, 22 de maio de 2020.


Município de Mercedes
CONTRATANTE


Luz De Prata Construtora De Obras Elétrica
EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:



Wilson Martins
RG nº 4.491.835-8



Edelberto Bruch
RG nº 3.008.836-0



Município de Mercedes

Estado do Paraná

ORDEM DE SERVIÇO

Pela presente Ordem de Serviço, o Município de Mercedes, através de sua Prefeita, Sra. Cleci M. Rambo Loffi, AUTORIZA a aquisição e instalação de postes para iluminação pública e contratação de empresa para execução de implantação de iluminação pública (instalação elétrica) na Avenida Dr. Mário Totta e Rua Oswaldo Cruz, na sede do Município de Mercedes, objeto da proposta da empresa Luz de Prata Construtora de Obras Elétrica EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 15.385.077/0001-02, Inscrição Estadual n.º 90807332-05, com sede na Rua Grevília, n.º 242, CEP 85.807-740, Bairro Parque Verde, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, adjudicatária da licitação na modalidade de Tomada de Preços n.º 7/2020.

Integram e completam a presente Ordem de Serviço, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de Tomada de Preços n.º 7/2020, juntamente com seus anexos e a proposta comercial expedida pela Contratada em 11/05/2020.

A presente Ordem de Serviço rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Mercedes, em 22 de maio de 2020.


Município de Mercedes
CONTRATANTE


Luz de Prata Construtora de
Obras Elétrica EIRELI
CONTRATADA